

NOTAS SOBRE A REESTIMATIVA DO PIB DO RS

*Jorge da Silva Accurso**

Ao se estudar o desenvolvimento de uma economia regional, é indispensável a utilização da série do Produto como indicador básico. A elaboração dessa estimativa caracteriza-se por um processo contínuo de revisões periódicas, tanto para incorporar novas informações estatísticas, como para introduzir alterações metodológicas, objetivando apurar, de forma mais precisa, as transformações que se processam nas atividades econômicas. Este texto tem como objetivo apresentar as principais alterações introduzidas na série do Produto do RS para o período 1970-92. Na seção 1, faz-se um breve comentário acerca das dificuldades gerais para a elaboração das estimativas do Produto do RS. Na seção seguinte, são apresentadas as principais modificações efetivadas na série. Na terceira seção, comentam-se alguns dos resultados obtidos na revisão, comparando-os com os da série brasileira. Ao final, são apresentadas as tabelas dos resultados gerais.

1 - Considerações gerais

Até o início da década de 70, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) realizava as estimativas do Produto para o País como também para os estados. Contudo as séries estaduais foram interrompidas, sendo mantidas somente as estimativas para os anos censitários.¹ Assim, ao se defrontarem com essa lacuna, muitos estados tomaram para si a responsabilidade de realizar as estimativas do Produto a nível regional.

A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) tem como uma de suas funções a realização das estimativas dos agregados econômicos do Estado referentes à Contabilidade Regional. Desde sua criação, em 1973, esse objetivo esteve presente nos trabalhos realizados, onde já aparecia a necessidade de se obterem séries

* O autor agradece os comentários de Flávio Fligenspan, Adalberto Alves Maia Neto e Maria Conceição Schettert.

¹ As estimativas regionais para os anos censitários continuaram a ser feitas pela FGV até 1980 e, posteriormente, pelo IBGE, órgão que assumiu a responsabilidade da elaboração das Contas Nacionais, em 1986.

regionais mais desagregadas, ao nível dos setores de atividades, como também a preocupação de adequar metodologicamente as informações geradas pelos órgãos oficiais às necessidades locais (FEE, 1974). Em 1975, a FEE publicou um amplo estudo sobre a dinâmica da economia sulina (FEE, 1975). Nesse trabalho, aparecem as primeiras estimativas para o Produto regional, fazendo-se um contraponto entre a economia do Estado e a do País, enfatizando-se suas especificidades e o caráter do seu crescimento. Em 1982, publicou-se, pela primeira vez, a série do Produto regional (PILcf) para o período 1970-82 (Indic. Econ. RS, 1982), estimado pela Unidade de Agregados Econômicos —, posteriormente designada Núcleo de Contas Regionais (FEE/NCR). A partir de então, anualmente, passaram a ser feitas as estimativas do Produto para os anos correntes e também as revisões para os anos anteriores. Em 1987, a FEE/NCR divulgou a metodologia e as estimativas do PIB gaúcho, global e setorial, para o período 1970-85 (CARVALHO, CUNHA, org., 1987).

As metodologias existentes tanto para os estados como para os países têm como referência obrigatória as normas propostas pelas Nações Unidas (ONU, 1970), órgão que orienta, a nível mundial, as referências gerais para as estimativas relativas às Contas Nacionais. Mesmo existindo um corpo metodológico comum, a heterogeneidade das informações, quer entre as regiões e o país, quer entre os países, leva à adoção de critérios distintos nas estimativas. Em razão disso, adaptações metodológicas são feitas de modo a adequar as referências da ONU às realidades locais, o que acarreta algumas dificuldades nas comparações das séries do Produto.

Deve ser ressaltado que as diferenças decorrentes dessas adaptações se refletem mais na magnitude dos fenômenos descritos, tendo um efeito menor no que se refere à tendência dos mesmos. Tal implicação é mais evidenciada quando se analisa a evolução real das séries.

O IBGE, através do seu Departamento de Contas Nacionais, optou em utilizar os indicadores de quantidade como *proxy* para aferir o crescimento das diferentes atividades econômicas. A FEE trilhou caminho distinto, gerando séries de crescimento real através do deflacionamento.

Não cabe aqui discutir qual a melhor alternativa, mas, sim, enfatizar a necessidade de tornar a série regional o mais comparável possível com a nacional. Pode-se, em tese, desenvolver uma metodologia mais próxima das recomendações internacionais, porém, se essa peça em comparabilidade com a divulgada para o País, sua melhor qualidade não proporciona ganhos justificáveis para os usuários.

2 - Alterações metodológicas

O Núcleo de Contas Regionais da FEE, desde a divulgação da sua metodologia em 1987, vem buscando ampliar e adequar sua base de informações e, principalmente, concentrar esforços no sentido de aproximar sua metodologia à nacional. Vale enfatizar que essa preocupação tem sido expressa pelos diversos estados e pelo próprio IBGE. Nesse sentido, cabe lembrar a realização de diversas reuniões de trabalho entre

os técnicos dos estados e o IBGE na busca de um caminho comum para as estimativas do Produto. Essa preocupação propiciou a formulação de um convênio de cooperação técnica entre as partes, sendo o primeiro resultado uma proposta metodológica formulada pelo IBGE (IBGE, 1992).

Utilizando essa proposta, bem como a metodologia das Contas Nacionais (IBGE, 1989), e realizando as adaptações pertinentes, a FEE/NCR realizou uma revisão na sua série do Produto para o período 1970-92. Tal revisão consiste na adequação metodológica da série regional à nacional, na incorporação dos Censos Econômicos de 1985² e na utilização de novas fontes de informações.

Ainda que não se pretenda, neste texto³, apresentar a metodologia dessa revisão, cabe salientar as principais alterações que caracterizam a nova série.

A primeira alteração de caráter geral que se introduziu na série refere-se ao abandono do deflacionamento das séries nominais para o cálculo dos valores reais. Em todos os subsetores, foram utilizados índices de quantidade do tipo Laspeyres, a fim de extrapolar os valores-base. Adotou-se procedimento semelhante ao do IBGE nas estimativas do Brasil, possibilitando, dessa forma, uma maior comparabilidade entre os resultados. Contudo esse procedimento da extrapolação por índices de *quantum* não pôde ser utilizado para a indústria de transformação para o período 1970-80, por não se contar com os índices de produção física do IBGE para o Estado.⁴ Para esse período, utilizaram-se os deflatores implícitos da indústria brasileira, a nível de gênero, das Contas Nacionais (IBGE, 1989), enquanto, na série anterior, foram empregados os índices de preços da FGV.

A segunda modificação ocorreu no critério adotado para as ponderações das diversas atividades. Anteriormente, as taxas de crescimento baseavam-se em uma estrutura de preços relativos de um único ano escolhido como base (1975), sendo mantidas constantes para os demais anos. Na revisão da série, a ponderação passou a ser alterada a cada cinco anos (em função da disponibilidade das informações censitárias), procurando incorporar as alterações de preços relativos. Conforme recomendações preconizadas (ONU, 1979), a base deve ser atualizada regularmente em períodos não inferiores a cinco anos e não superiores a 10, devendo a atualização coincidir com uma pesquisa bem ampla sobre produção, quantidades e preços, como é o caso nos levantamentos dos censos econômicos que, via de regra, têm divulgação quinquenal. Com relação a essas alterações da base, há duas maneiras de tratar a série. Um dos procedimentos é recalcular toda a série em função da nova base, inclusive os anos precedentes ao novo ano-base, de forma

² Os Censos Econômicos de 1985, além de apresentarem informações para esse ano, retificaram as do ano de 1980 para a indústria de transformação e para o comércio.

³ A FEE irá divulgar, em breve, a metodologia completa dessa revisão.

⁴ Os índices da produção física para a indústria de transformação são o resultado da Pesquisa Mensal da Indústria (PIM), que o IBGE divulga para os estados, as regiões e o País, por gênero da indústria, e são utilizados nas Contas Nacionais. Essa informação só é disponível para o Estado a partir de 1981. Anteriormente, para o período 1975-81, o IBGE produzia esse dado para o Estado, mas sua cobertura, a nível de gênero, não se mostrou adequada.

a se obter uma série homogênea. O inconveniente desse procedimento é que os dados mais antigos acabam valorados por uma estrutura de preços incompatível, agravando-se esse viés à medida que a base vai avançando (ONU, 1979). Segundo Allen (1983) "(...) o produto real é medido com valores a preços constantes, mas devem também ser considerados a preços relevantes (...)". O outro tratamento dado à série é deixar os dados mais antigos inalterados e só usar a nova ponderação para os anos subseqüentes a cada nova base. "As recomendações internacionais são no sentido de revisão do sistema de pesos a cada cinco anos, de acordo com informações de inquéritos censitários" (VALENTE, SILVA, SILVA 1989). Assim, a nova metodologia incorpora, a cada censo, uma nova ponderação para a agregação dos diversos segmentos econômicos, embora a série completa seja apresentada firmando-se a escala em um ano específico⁵ (1980). A alteração das ponderações de preços a cada cinco anos pode, aparentemente, gerar uma "quebra" nas séries. Contudo essa descontinuidade pode ser resolvida através de uma "ponte" — anos comuns a preços de anos distintos — que encadeie uma série à outra. No decorrer dos anos, esse processo pode se repetir em várias ocasiões, e ser possível, assim mesmo, uma resposta sensível à questão da medida de variação ocorrida na produção e nos preços relativos entre os anos. Esse procedimento permeou toda a revisão da série do Produto do RS, significando que, para o período 1970-75, o crescimento setorial e, conseqüentemente, o global são ponderados pela estrutura de 1970; 1975-80, pela estrutura de 1975; 1980-85, pela de 1980; e, para os anos posteriores a 1985, pela estrutura de preços desse ano. Por último, reforça-se a atenção para o fato de que, em função do encadeamento realizado, o **ano-base de comparação** (1980), quando foi firmada a escala, não coincide necessariamente com os **da base de ponderações** para os diversos períodos a cada cinco anos.

A combinação das duas alterações metodológicas referidas foi a principal responsável pelas modificações nas taxas de crescimento real. Os valores nominais, por sua vez, sofreram alterações mínimas.⁶

3 - Principais resultados

A economia brasileira no período 1970-80 apresentou um crescimento médio de 8,6% a.a. (Tabela 1). Essa elevada taxa de crescimento propiciou que a renda *per capita* crescesse a 6,3% a.a. em termos reais. O PIB, que em 1970 era de US\$ 49,3 bilhões, atingiu a cifra de US\$ 230,1 bilhões em 1980, enquanto a renda *per capita* passou de

⁵ Na verdade, deixou-se de apresentar a série do Produto em valores constantes a preços de um determinado ano, pois a variação do nível geral de preços no País acarreta a perda da referência monetária. Por essa razão, adotou-se o critério de apresentar a série real do Produto em forma de índice.

⁶ Para os períodos compreendidos entre os anos censitários, os valores nominais sofreram pequenas correções em alguns setores, como forma de adequar as metodologias. No entanto os valores para os anos 80 tiveram que ser revistos em função do Censo Econômico de 1985.

US\$ 514,2 para US\$ 1.939,7 (Tabela 2). Esse desempenho refletiu o forte crescimento da indústria de transformação, 8,9% a.a., e do comércio, 8,2% a.a.⁷

Ainda que a um ritmo menos acentuado, a economia gaúcha apresentou desempenho semelhante. Ao longo do período, o PIB estadual indicou um crescimento médio de 8,0% a.a., sendo de 9,6% a.a. nos primeiros cinco anos e de 6,4% a.a. nos cinco últimos. O PIB gaúcho, que era de US\$ 4,1 bilhões em 1970, atingiu o valor de US\$ 17,8 bilhões em 1980. O menor crescimento da economia sulina fez com que decrescesse sua participação na economia nacional, passando de 8,4% em 1970 para 7,8% em 1980 (Tabela 3). A renda *per capita* passou de US\$ 610,0 para US\$ 2.300,1 de 1970 a 1980, mantendo-se em torno de 18% superior à média nacional.

É importante salientar que, durante esse período, tanto a indústria de transformação como a agropecuária estadual tiveram desempenho superior ao nacional, sendo o menor crescimento da economia reflexo da menor expansão do setor serviços,⁸ notadamente do comércio.

Os diferentes ritmos de crescimento na economia estadual em relação ao do País, nos seus diversos segmentos, alteraram suas participações relativas. Observando-se as informações da Tabela 3, constata-se a menor participação da agropecuária e da intermediação financeira regionais na formação do PIB nacional. Por outro lado, verificam-se os ganhos de participação da indústria de transformação e do comércio regionais na composição do PIB nacional.

A década de 80 representou uma reversão da tendência de crescimento observada nos 10 anos anteriores. A economia brasileira apresentou um crescimento de 1,2% a.a. no período 1980-92. O menor crescimento do PIB, associado ao crescimento populacional, fez com que a renda *per capita* fosse, em 1992, 7,9% menor que a de 1980. O PIB atingiu, em 1992, a cifra de US\$ 434,2 bilhões, e a renda *per capita*, o valor de US\$ 2.908,5.

A profunda desaceleração da economia nacional manifestou-se no desempenho do Estado. No período 1980-92, a economia sul-rio-grandense apresentou um crescimento de 1,6% a.a. Em 1992, o PIB do Rio Grande do Sul foi de US\$ 35,1 bilhões, participando em 8,0% na economia nacional.⁹ A renda *per capita*, por sua vez, atingiu o valor de US\$ 3.827,8 em 1992, 2,2% superior à do ano de 1980.

⁷ O expressivo crescimento da economia brasileira reflete dois períodos distintos. Entre 1970 e 1975, a economia cresceu 10,1% a.a., enquanto, para os últimos cinco anos da década, foi de 7,2%. Esse arrefecimento refletiu, principalmente, o desempenho da indústria de transformação, 10,7% a.a. e 7,2% a.a. respectivamente.

⁸ Cabe salientar que no setor serviços, por limitações estatísticas, não foi possível a construção de índices de *quantum* para o setor de intermediação financeira e para o de outros serviços, que nominalmente têm participações significativas na estrutura do PIB, razão pela qual sua *performance* provavelmente esteja subdimensionada.

⁹ Cabe ressaltar que a tendência observada ao longo dos anos é de uma menor participação da economia gaúcha na nacional (8,2% em 1970; 7,8% em 1980; e 7,2% em 1990). Essa menor participação no PIB nacional não significa que a economia local esteja sofrendo uma crise particular, mas, sim, que o próprio processo de crescimento da economia brasileira fez com que os estados com desenvolvimento mais recente lograssem uma maior fatia na geração total do PIB nacional.

A exemplo do verificado a nível nacional, também foram os subsetores da indústria de transformação (-0,4% a.a.) e da construção civil (-1,1% a.a.) os mais atingidos pela crise. Vale destacar a boa *performance* do setor agropecuário, que apresentou um crescimento médio de 2,5% a.a.

As diferentes taxas de crescimentos setoriais ao longo dessas duas décadas fizeram com que se alterasse a estrutura do PIB gaúcho. Analisando-se as informações da Tabela 4, chama atenção a perda de participação da agropecuária no total da economia, passando de 20,2% em 1970 para 13,9% em 1992. Outro setor que também tem reduzida sua participação é a atividade comercial, atingindo uma participação de 12,2% em 1992 contra 20,8% em 1970. Por outro lado, a indústria de transformação, aluguéis e outros serviços tiveram suas participações incrementadas na estrutura produtiva (Tabela 4). As mudanças de participação relativa na estrutura produtiva dos diversos segmentos foram mais acentuadas durante os anos 70 do que nos 80. Deve ser mencionado que essa caracterização exclui a *performance* do segmento de aluguéis, que teve sua participação elevada a partir de 1985 (Tabela 4).

Na economia brasileira, constatou-se a contínua perda de posição do comércio. Esse segmento participava com 16,4% na geração de valor do PIB em 1970, 11,0% em 1980 e 6,6% em 1991. Ao contrário do observado a nível regional, a indústria de transformação perde posição na estrutura do PIB a partir de 1980 (31,4%), atingindo, em 1991, 23,1%.



Tabela 1

Taxas médias de crescimento anual, por setores e segmentos, e total do PIB do Brasil e do Rio Grande do Sul — 1970-1992

SEIORES E SEGMENTOS	(%)									
	1970-75		1975-80		1970-80		1980-85		1980-92	
	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS
Agropecuária	4,4	7,9	5,1	3,7	4,7	5,8	3,9	1,8	3,0	2,5
Indústria total	11,2	11,2	7,4	9,4	9,3	10,3	-0,2	-0,3	-0,2	-0,3
Indústria de trans- formação	10,7	10,6	7,2	8,6	8,9	9,6	-0,6	-0,2	-0,6	-0,4
Indústria da constru- ção civil	13,6	15,9	6,8	13,3	10,2	14,6	-3,3	-4	-1,8	-1,1
Serviços	10,9	9,4	7,9	5,3	9,4	7,4	1,8	2,2	2,3	2,5
Comércio	10,0	12,0	6,5	4,0	8,2	7,9	0,2	-0,4	0,2	0,7
TOTAL DO PIB	10,1	9,6	7,2	6,4	8,6	8	1,1	1,3	1,2	1,6

FONTE: IBGE/Departamento de Contas Nacionais.
FEE/Núcleo de Contas Regionais

Tabela 2

Produto Interno Bruto a custo de fatores com imputação financeira, renda "per capita" do Brasil e do Rio Grande do Sul — 1970-1992

ANOS	BRASIL			RIO GRANDE DO SUL		
	PIBcf (US\$ 1 000)	Renda "Per Capita"	Índice de Renda "Per Capita" Real (1)	PIBcf (US\$ 1 000)	Renda "Per Capita"	Índice de Renda "Per Capita" Real (1)
1970	49 283 874	514,19	54,08	4 065 903	610,04	54,12
1975	112 423 138	1 040,65	77,53	9 078 254	1 250,45	78,57
1980	230 099 243	1 939,75	100,00	17 880 984	2 300,10	100,00
1985	313 724 079	2 403,15	92,20	24 735 556	2 962,34	99,53
1992	434 169 938	2 908,52	92,10	35 101 204	3 827,83	102,22

FONTE: IBGE/Departamento de Contas Nacionais.
FEE/Núcleo de Contabilidade Nacional

(1) Base: 1980 = 100

Tabela 3

Participação do PIB do Rio Grande do Sul no do Brasil por segmentos
e setores de atividades — 1970-1991

SETORES E SEGMENTOS	(%)			
	1970	1980	1985	1991
Agropecuária	14,6	11,5	10,8	7,7
Total da indústria	5,8	6,6	6,6	7,0
Indústria de transformação	6,4	7,4	7,9	9,3
Construção civil	3,5	4,2	3,1	2,8
Serviços industriais de uti- lidade pública	4,7	4,8	4,6	2,7
Extrativa mineral	2,4	1,1	0,6	0,4
Total dos serviços	8,7	8,0	7,3	6,8
Comércio	10,6	10,8	9,1	14,0
Transportes	5,2	6,6	5,1	4,8
Comunicações	4,7	5,0	5,4	8,0
Intermediários financeiros	10,8	8,3	7,6	5,7
Administrações públicas	7,8	7,3	7,0	6,4
Aluguéis	7,4	7,5	7,5	6,4
Outros serviços	8,0	6,6	6,6	5,0
TOTAL DO PIB	8,4	7,8	7,4	7,0

FONTE: IBGE/Departamento de Contas Nacionais.
FEE/Núcleo de Contabilidade Regional.

Tabela 4

Estrutura do PIB do Brasil e do Rio Grande do Sul por setores e segmentos de atividade — 1970-92

SETORES E SEGMENTOS	(%)							
	1970		1980		1985		1992	
	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR (1)	RS
Agropecuária	11,6	20,2	10,2	15,1	10,5	15,3	10,0	13,9
Total da indústria	35,0	24,8	41,0	34,7	40,1	35,9	34,5	34,4
Indústria de transformação	27,4	21,1	31,4	29,8	29,9	32,2	23,1	30,6
Construção civil	5,4	2,3	6,7	3,6	5,3	2,2	6,6	2,3
Serviços industriais de uti- lidade pública	2,2	1,2	1,8	1,1	2,0	1,3	3,3	1,4
Extrativa mineral	0,8	0,2	1,0	0,2	2,9	0,2	1,6	0,1
Total dos serviços	52,6	55,0	48,8	50,2	49,4	48,8	55,5	51,7
Comércio	16,4	20,8	11,0	15,3	8,0	10,0	6,6	12,2
Transportes	3,7	2,3	3,8	3,2	3,8	2,6	4,0	3,0
Comunicações	0,6	0,3	0,9	0,6	1,0	0,7	1,0	1,2
Intermediários financeiros	6,0	7,8	7,7	8,2	11,0	11,3	7,5	5,8
Administrações públicas	9,2	8,6	6,4	6,1	6,8	6,4	9,2	7,8
Aluguéis	9,3	8,2	6,8	6,6	8,5	8,6	14,5	12,5
Outros serviços	7,3	7,0	12,2	10,3	10,4	9,2	12,6	9,2
TOTAL DO PIB	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE/Departamento de Contas Nacionais.
FEE/Núcleo de Contas Nacionais.

(1) Refere-se ao ano de 1991.

Tabela 5

Produto Interno Bruto a custo de fatores, do Rio Grande do Sul,
a preços correntes, por setores de atividade
e global — 1970-92

a) 1970-81

(Cr\$)

SEIORES DE ATIVIDADE	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Agropecuária	3	4	4	9	10	13
Total da indústria	4	5	7	11	17	25
Indústria de transformação	3	4	6	9	14	21
Construção civil	0	1	1	1	2	3
Serviços industriais de utilidade pública	0	0	0	0	1	1
Extrativa mineral	0	0	0	0	0	0
Total dos serviços	8	11	15	20	30	42
Comércio	3	4	6	8	12	16
Transportes	0	0	1	1	2	2
Comunicações	0	0	0	0	0	0
Intermediários financeiros	1	2	2	2	4	6
Administrações públicas	1	2	2	3	4	6
Aluguéis	1	2	2	3	4	5
Outros serviços	1	1	2	3	5	7
PIBcf total	15	20	26	40	57	80

SETORES DE ATIVIDADE	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Agropecuária	21	33	45	59	142	282
Total da indústria	38	58	87	152	327	619
Indústria de transformação	32	50	76	133	281	530
Construção civil	4	5	8	14	34	62
Serviços industriais de utilidade pública	1	2	3	5	11	23
Extrativa mineral	0	0	0	1	1	4
Total dos serviços	66	97	142	229	473	940
Comércio	23	32	45	69	144	236
Transportes	4	6	9	16	30	53
Comunicações	1	1	2	3	6	12
Intermediários financeiros	11	16	24	39	78	197
Administrações públicas	9	12	19	29	57	127
Aluguéis	8	12	17	29	62	139
Outros serviços	12	18	27	44	97	176
PIBcf total	125	188	274	440	942	1 841

(continua)

Tabela 5

Produto Interno Bruto a custo de fatores, do Rio Grande do Sul,
a preços correntes, por setores de atividade
e global — 1970-92

b) 1982-92

(Cr\$)

SETORES DE ATIVIDADE	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Agropecuária	447	1 488	5 118	16 090	37 310	100 721
Total da indústria	1 246	3 168	10 712	37 666	96 198	312 217
Indústria de transformação	1 074	2 816	9 633	33 708	85 516	272 145
Construção civil	117	221	628	2 354	7 096	25 074
Serviços industriais de utilidade pública	47	113	399	1 350	3 033	13 886
Extrativa mineral	8	18	52	253	552	1 111
Total dos serviços	1 865	4 652	13 955	51 125	121 141	451 636
Comércio	408	950	3 067	10 434	27 552	86 075
Transportes	107	236	701	2 754	7 822	27 151
Comunicações	26	68	178	738	1 561	6 050
Intermediários financeiros	424	1 179	2 880	11 838	19 468	125 334
Administrações públicas	284	582	1 649	6 677	17 234	53 364
Aluguéis	292	787	2 651	9 011	23 090	78 073
Outros serviços	323	849	2 829	9 673	24 414	75 589
PIBcf total	3 557	9 308	29 786	104 881	254 649	864 574

SETORES DE ATIVIDADE	1988	1989	1990	1991	1992 (1)
Agropecuária	844 871	10 268 495	250 985 804	1 220 864 564	18 504 426 381
Total da indústria	2 450 854	35 844 712	827 059 470	3 836 318 487	45 819 398 173
Indústria de transformação	2 181 821	31 744 410	734 517 071	3 392 881 076	40 779 198 775
Construção civil	159 888	3 020 220	63 171 568	291 979 089	3 044 514 490
Serviços industriais de utilidade pública	101 486	998 911	27 253 154	141 802 685	1 870 788 478
Extrativa mineral	7 658	81 172	2 117 678	9 655 637	124 896 431
Total dos serviços	3 316 144	55 245 699	1 232 610 851	5 981 827 284	68 926 882 820
Comércio	705 769	10 134 149	278 648 544	1 466 489 414	16 238 405 393
Transportes	204 869	2 713 538	68 544 939	306 266 086	4 063 781 780
Comunicações	38 429	701 036	18 587 716	133 957 368	1 583 296 709
Intermediários financeiros	816 955	17 533 501	198 817 516	672 773 160	7 752 172 470
Administrações públicas	304 218	6 066 760	182 559 473	930 184 507	10 389 284 844
Aluguéis	641 680	9 541 805	278 871 800	1 477 281 378	16 600 737 641
Outros serviços	604 224	8 554 910	206 580 863	994 875 370	12 299 203 984
PIBcf total	6 611 869	101 358 906	2 310 656 126	11 039 010 335	133 250 707 375

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

NOTA: Em 1992, os intermediários financeiros foram estimados em função do crescimento médio nominal dos demais subsectores do setor serviços.

(1) Estimativa preliminar.

Tabela 6.

Estrutura do Produto Interno Bruto a custo de fatores, do Rio Grande do Sul
por setores de atividade e global — 1970-92

a) 1970-81

(%)

SETORES DE ATIVIDADE	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Agropecuária	20,18	17,62	16,46	22,60	17,95	16,53
Total da indústria	24,81	26,06	26,46	26,83	29,13	30,79
Indústria de transformação	21,07	21,50	21,78	22,53	24,29	25,85
Construção civil	2,26	3,03	3,02	2,93	3,55	3,51
Serviços industriais de utilidade pública	1,25	1,34	1,49	1,23	1,16	1,31
Extrativa mineral	0,23	0,19	0,17	0,13	0,12	0,12
Total dos serviços	55,01	56,32	57,08	50,57	52,92	52,68
Comércio	20,82	21,78	23,54	20,40	20,50	19,66
Transportes	2,30	2,31	1,93	1,71	3,12	2,69
Comunicações	0,34	0,41	0,45	0,40	0,42	0,47
Intermediários financeiros	7,76	7,89	7,40	6,01	7,28	7,69
Administrações públicas	8,56	8,46	8,04	7,05	6,62	7,22
Aluguéis	8,21	8,03	7,87	6,32	6,21	6,18
Outros serviços	701	746	785	867	878	876
PIBcf total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

SETORES DE ATIVIDADE	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Agropecuária	16,77	17,59	16,36	13,39	15,08	15,29
Total da indústria	30,16	30,59	31,80	34,61	34,69	33,64
Indústria de transformação	25,88	26,36	27,67	30,15	29,81	28,79
Construção civil	3,04	2,89	2,94	3,13	3,60	3,39
Serviços industriais de utilidade pública	1,09	1,18	1,04	1,18	1,12	1,22
Extrativa mineral	0,14	0,15	0,16	0,15	0,15	0,23
Total dos serviços	53,08	51,82	51,84	52,00	50,24	51,07
Comércio	18,17	16,84	16,28	15,68	15,27	12,82
Transportes	3,03	3,03	3,14	3,53	3,20	2,88
Comunicações	0,55	0,66	0,69	0,78	0,59	0,63
Intermediários financeiros	9,10	8,61	8,75	8,90	8,23	10,72
Administrações públicas	6,80	6,52	6,80	6,61	6,05	6,91
Aluguéis	6,19	6,52	6,34	6,50	6,59	7,56
Outros serviços	9,25	9,64	9,85	9,99	10,31	9,56
PIBcf Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

(continua)

Tabela 6

Estrutura do Produto Interno Bruto a custo de fatores, do Rio Grande do Sul
por setores de atividade e global — 1970-92

b) 1982-92

(%)

SETORES DE ATIVIDADE	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Agropecuária	12,56	15,99	17,18	15,34	14,65	11,65
Total da indústria	35,03	34,04	35,96	35,91	37,78	36,11
Indústria de transformação	30,18	30,25	32,34	32,14	33,58	31,48
Construção civil	3,29	2,38	2,11	2,24	2,79	2,90
Serviços industriais de utilidade pública	1,32	1,21	1,34	1,29	1,19	1,61
Extrativa mineral	0,24	0,20	0,18	0,24	0,22	0,13
Total dos serviços	52,41	49,98	46,85	48,75	47,57	52,24
Comércio	11,48	10,21	10,30	9,95	10,82	9,96
Transportes	3,00	2,53	2,35	2,63	3,07	3,14
Comunicações	0,74	0,73	0,60	0,70	0,61	0,70
Intermediários financeiros	11,93	12,67	9,67	11,29	7,65	14,50
Administrações públicas	7,98	6,26	5,54	6,37	6,77	6,17
Aluguéis	8,21	8,46	8,90	8,59	9,07	9,03
Outros serviços	9,08	9,12	9,50	9,22	9,59	8,74
PIBcf total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

SETORES DE ATIVIDADE	1988	1989	1990	1991	1992 (1)
Agropecuária	12,78	10,13	10,86	11,06	13,89
Total da indústria	37,07	35,36	35,79	34,75	34,39
Indústria de transformação	33,00	31,32	31,79	30,74	30,60
Construção civil	2,42	2,98	2,73	2,64	2,28
Serviços industriais de utilidade pública	1,53	0,99	1,18	1,28	1,40
Extrativa mineral	0,12	0,08	0,09	0,09	0,09
Total dos serviços	50,15	54,51	53,34	54,19	51,73
Comércio	10,67	10,00	12,06	13,28	12,19
Transportes	3,10	2,68	2,97	2,77	3,05
Comunicações	0,58	0,69	0,80	1,21	1,19
Intermediários financeiros	12,36	17,30	8,60	6,09	5,82
Administrações públicas	4,60	5,99	7,90	8,43	7,80
Aluguéis	9,70	9,41	12,07	13,38	12,46
Outros serviços	9,14	8,44	8,94	9,01	9,23
PIBcf total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

(1) Estimativa preliminar.

Tabela 7

Índice do produto real do Rio Grande do Sul por setores de atividade e global — 1970-92

a) 1970-81

SETORES DE ATIVIDADE	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Agropecuária	56,90	61,11	59,36	70,90	79,20	83,29
Total da indústria	37,56	42,04	45,40	52,17	59,18	63,93
Indústria de transformação	39,94	43,68	46,60	53,64	61,07	66,16
Construção civil	25,53	35,01	40,12	46,01	50,63	53,54
Serviços industriais de utilidade pública	30,46	33,84	39,16	44,46	51,07	56,96
Extrativa mineral	48,06	49,71	50,60	55,55	59,99	51,24
Total dos serviços	49,14	54,67	61,17	68,16	73,76	77,15
Comércio	46,61	53,34	62,42	71,98	79,17	82,18
Transportes	44,82	54,07	58,59	66,35	72,18	76,10
Comunicações	14,14	19,57	24,56	27,28	30,28	35,84
Intermediários financeiros	-	-	-	-	-	-
Administrações públicas	61,94	65,27	68,52	71,70	74,81	77,82
Aluguéis	52,15	55,08	58,03	61,51	65,18	69,44
Outros Serviços	-	-	-	-	-	-
PIBcf Total	46,40	51,34	55,46	63,06	69,48	73,37

SETORES DE ATIVIDADE	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Agropecuária	92,44	91,49	88,74	78,64	100,00	109,42
Total da indústria	70,59	75,21	80,26	88,86	100,00	92,02
Indústria de transformação	73,24	77,61	81,97	89,55	100,00	91,40
Construção civil	56,64	61,11	70,07	84,58	100,00	91,87
Serviços industriais de utilidade pública	64,90	73,14	77,41	86,91	100,00	106,33
Extrativa mineral	73,94	89,56	108,83	113,18	100,00	113,10
Total dos serviços	82,97	86,36	89,31	93,12	100,00	99,06
Comércio	88,15	88,82	92,18	94,38	100,00	92,71
Transportes	81,71	85,54	88,16	93,75	100,00	98,26
Comunicações	47,62	57,85	65,26	84,40	100,00	114,99
Intermediários financeiros	-	-	-	-	-	-
Administrações públicas	81,28	85,97	88,46	91,65	100,00	105,45
Aluguéis	76,53	84,73	86,52	92,31	100,00	106,86
Outros serviços	-	-	-	-	-	-
PIBcf Total	79,97	83,17	86,03	89,51	100,00	98,18

(continua)

Tabela 7

Índice do produto real do Rio Grande do Sul por setores de atividade e global — 1970-92

b) 1982-92

SETORES DE ATIVIDADE	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Agropecuária	99,72	99,59	102,92	109,58	100,04	119,38
Total da indústria	92,75	88,89	94,48	98,77	110,59	110,09
Indústria de transformação	91,51	88,36	94,72	98,91	110,51	109,69
Construção civil	95,11	79,96	77,92	81,43	99,41	99,29
Serviços industriais de utilidade pública	115,04	124,80	135,93	145,02	145,27	158,99
Extrativa mineral	114,49	139,64	134,84	141,78	157,75	140,11
Total dos serviços	101,26	102,43	107,04	111,71	118,82	119,31
Comércio	90,52	88,81	92,59	97,82	106,61	102,53
Transportes	95,33	93,83	103,44	106,16	115,42	119,56
Comunicações	146,98	170,74	186,59	227,31	246,82	259,85
Intermediários financeiros	-	-	-	-	-	-
Administrações públicas	112,36	114,00	115,32	115,00	117,22	117,62
Aluguéis	114,75	121,45	127,59	133,25	140,90	146,67
Outros serviços	-	-	-	-	-	-
PIBcf total	98,07	97,30	102,06	106,90	113,38	116,31

SETORES DE ATIVIDADE	1988	1989	1990	1991	1992 (1)
Agropecuária	114,17	126,64	121,77	98,82	134,50
Total da indústria	106,97	109,30	98,58	95,21	96,57
Indústria de transformação	106,75	108,35	96,97	92,70	94,9
Construção civil	93,40	104,04	93,95	97,86	87,11
Serviços industriais de utilidade pública	155,57	161,69	171,28	179,65	187,77
Extrativa mineral	146,26	135,84	130,10	118,86	122,76
Total dos serviços	122,69	126,96	128,68	130,53	134,87
Comércio	107,15	108,59	105,13	107,49	109,06
Transportes	124,48	125,60	124,39	120,13	132,92
Comunicações	279,05	311,61	351,18	380,39	423,28
Intermediários financeiros	-	-	-	-	-
Administrações públicas	113,20	118,87	125,95	124,68	127,59
Aluguéis	153,64	161,25	165,93	170,77	175,83
Outros serviços	-	-	-	-	-
PIBcf total	115,90	120,66	116,57	112,68	120,58

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

NOIA: Os índices têm como base 1980 = 100.

(1) Estimativa preliminar.

Tabela 8

Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto a custo de fatores, do Rio Grande do Sul
por setores de atividade e global — 1971-92

a) 1971-81						(%)
SEIORES DE ATIVIDADE	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Agropecuária	7,38	-2,85	19,44	11,69	5,17	10,99
Total da indústria	11,94	7,98	14,92	13,42	8,04	10,40
Indústria de transformação	9,38	6,69	15,09	13,86	8,34	10,69
Construção civil	37,12	14,61	14,66	10,06	5,73	5,79
Serviços industriais de utilidade pública	11,09	15,72	13,55	14,86	11,52	13,95
Extrativa mineral	3,44	1,79	9,78	7,99	-14,59	44,32
Total dos serviços	11,27	11,88	11,43	8,22	4,59	7,54
Comércio	14,43	17,01	15,33	9,98	3,81	7,26
Transportes	20,63	8,37	13,25	8,78	5,43	7,37
Comunicações	38,36	25,52	11,07	11,00	18,36	32,90
Intermediários financeiros	-	-	-	-	-	-
Administrações públicas	5,38	4,98	4,64	4,33	4,03	4,44
Aluguéis	5,62	5,35	5,99	5,98	6,53	10,21
Outros serviços	-	-	-	-	-	-
PIBcf total	10,65	8,02	13,71	10,18	5,60	8,99
SEIORES DE ATIVIDADE	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Agropecuária	-1,03	-3,00	-11,39	27,17	9,42	-8,86
Total da indústria	6,55	6,71	10,72	12,54	-7,98	0,79
Indústria de transformação	5,97	5,61	9,25	11,67	-8,60	0,13
Construção civil	7,89	14,67	20,70	18,23	-8,13	3,53
Serviços industriais de utilidade pública	12,70	5,84	12,27	15,06	6,33	8,19
Extrativa mineral	21,12	21,51	4,00	-11,64	13,10	1,23
Total dos serviços	4,10	3,42	4,26	7,39	-0,94	2,22
Comércio	0,76	3,78	2,39	5,95	-7,29	-2,37
Transportes	4,69	3,06	6,34	6,67	-1,74	-2,97
Comunicações	21,47	12,82	29,32	18,49	14,99	27,82
Intermediários financeiros	-	-	-	-	-	-
Administrações públicas	5,77	2,91	3,60	9,11	5,45	6,55
Aluguéis	10,72	2,12	6,69	8,33	6,86	7,38
Outros serviços	-	-	-	-	-	-
PIBcf total	4,00	3,44	4,04	11,72	-1,82	-0,11

(continua)

Tabela 8

Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto a custo de fatores, do Rio Grande do Sul por setores de atividade e global — 1971-92

b) 1983-92

(%)

SETORES DE ATIVIDADE	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Agropecuária	-0,13	3,35	6,47	-8,71	19,34	-4,37
Total da indústria	-4,16	6,29	4,54	11,96	-0,44	-2,84
Indústria de transformação	-3,44	7,20	4,42	11,73	-0,74	-2,68
Construção civil	-15,93	-2,55	4,51	22,08	-0,12	-5,93
Serviços industriais de utilidade pública	8,48	8,92	6,69	0,17	9,45	-2,15
Extrativa mineral	21,97	-3,44	5,15	11,27	-11,19	4,39
Total dos serviços	1,16	4,50	4,36	6,37	0,41	2,84
Comércio	-1,88	4,25	5,66	8,98	-3,82	4,50
Transportes	-1,58	10,24	2,63	8,72	3,59	4,11
Comunicações	16,16	9,29	21,82	8,58	5,28	7,39
Intermediários financeiros	-	-	-	-	-	-
Administrações públicas	1,47	1,16	-0,28	1,93	0,34	-3,75
Aluguéis	5,84	5,05	4,44	5,74	4,10	4,75
Outros serviços	-	-	-	-	-	-
PIBcf total	-0,78	4,89	4,74	6,06	2,58	-0,36

SETORES DE ATIVIDADE	1989	1990	1991	1992 (1)
Agropecuária	10,92	-3,84	-18,85	36,10
Total da indústria	2,18	-9,81	-3,42	1,43
Indústria de transformação	1,50	-10,50	-4,41	2,37
Construção civil	11,39	-9,69	4,16	-10,99
Serviços industriais de utilidade pública	3,93	5,94	4,88	4,52
Extrativa mineral	-7,12	-4,23	-8,64	3,28
Total dos serviços	3,48	1,35	1,44	3,32
Comércio	1,35	-3,19	2,25	1,46
Transportes	0,90	-0,96	-3,43	10,65
Comunicações	11,67	12,70	8,32	11,27
Intermediários financeiros	-	-	-	-
Administrações públicas	5,01	5,95	-1,01	2,34
Aluguéis	4,95	2,90	2,92	2,96
Outros serviços	-	-	-	-
PIBcf total	4,11	-3,39	-3,33	7,00

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

(1) Estimativa preliminar.

Bibliografia

- ALLEN, R. G. D. (1983). **Uma introdução à contabilidade nacional**. Rio de Janeiro: Zahar.
- CARVALHO, Maria Lucia Leitão, CUNHA, Rafael Alves da, orgs. (1987). **Contas regionais, produto interno do Rio Grande do Sul: 1970-85; metodologia e tabelas estatísticas**. Porto Alegre. (Valor Agregado; v.2)
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1974). **Estudo de deflatores para a economia do RS**. Porto Alegre.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1975). **Uma visão global da economia do Estado**. Porto Alegre. (25 Anos de Economia Gaúcha, v.1)
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1987). **Contas regionais: produto interno do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre.
- IBGE (1989). **Brasil: sistema de contas nacionais consolidadas**. Rio de Janeiro.
- IBGE (1992). **Contas regionais: proposta metodológica**. Rio de Janeiro.
- INDICADORES ECONÔMICOS RS (1982). Porto Alegre: FEE, v.10, n.4, dez.
- ONU (1970). **Un sistema de cuentas nacionales**. Nueva Yorque.
- ONU (1979). **Manual de cuentas nacionales a precios constantes**. Nueva Yorque. (Informes Estadísticos, serie M n.64)
- VALENTE, Elvio, SILVA, Jairo Augusto, SILVA, Lenildo Fernandes (1989). **Ensaio sobre o produto real da agropecuária**. Rio de Janeiro: IBGE. (Texto para Discussão, 9)

Abstract

This paper presents a revision of the GDP of Rio Grande do Sul for the period 1970-92. Section I discusses the major difficulties found in the process of getting the estimates. Section II introduces the major methodological changes. Section III presents the results and relate them to the national estimates.